



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN**  
SETOR DE LICITAÇÃO  
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

**Processo nº 025/2026**

**Modalidade:** Dispensa de Licitação nº 012/2026

**Interessado:** Secretaria de Administração

**Objeto:** Tramitação eletrônica de processos e assinatura digital de documentos.

### PARECER JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO. LEI Nº 14.133/2021.

### **DO RELATÓRIO**

Tratam os autos de processo administrativo, através de solicitação feita pela Secretaria de Administração, para contratação de serviços de gestão estratégica arquivísticas de processos administrativos, em forma de licença de uso de software web com serviços inteligentes multicanal de atendimento, com emulação humana, por intermédio da criação de um assistente virtual inteligente para tramitação eletrônica de processos e assinatura digital de documentos.

Após a instrução processual da fase preparatória, vieram os autos a esta Assessoria para análise e parecer.

É o breve relatório.

### **DO MÉRITO**

A Lei de Licitações dispõe sobre a contratação direta, nos moldes previstos no art. 75, inciso II, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Tais valores foram atualizados pelo Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025<sup>1</sup>, que a licitação será dispensável quando a aquisição envolva valores inferiores a **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**.

Em sendo assim, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa para celebração do contrato, através de procedimento simplificado.

<sup>1</sup> Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN  
SETOR DE LICITAÇÃO  
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

Inicialmente, da instrução processual, recomenda-se sejam observados os requisitos apontados pela Lei nº 14.133/2021<sup>2</sup>, necessários ao procedimento de contratação direta.

Da análise dos autos, observa-se a respectiva abertura com DFD expedido pela Secretaria solicitante, Termo de Referência, pesquisa mercadológica, informação de disponibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente.

Quanto à justificativa, é o que se observa do Termo de Referência:

2.1. A necessidade da contratação decorre da crescente demanda por modernização administrativa no âmbito da Administração Pública Municipal, especialmente no que se refere à digitalização, organização, controle e tramitação de processos administrativos internos e externos. A implementação de soluções tecnológicas visa promover maior eficiência, transparência, economicidade e celeridade na gestão documental, substituindo gradativamente os processos físicos por meios digitais.

2.2. A utilização de sistema informatizado com funcionalidades de tramitação eletrônica, assinatura digital em documentos no formato PDF, bem como armazenamento em ambiente seguro de nuvem (máquina virtual), possibilita maior controle, rastreabilidade, integridade e segurança das informações, além de facilitar o acesso remoto pelos usuários autorizados, otimizando a rotina administrativa dos diversos setores da Prefeitura.

Ainda quanto ao procedimento, em se tratando à contratação direta por dispensa de licitação, recomenda-se o atendimento ao Decreto Municipal nº 03/2024 que assim prevê:

Art. 21. Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, serão **preferencialmente** precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Parágrafo único. Na impossibilidade do atendimento do caput, desde que devidamente justificada, poderá ser feita pesquisa direta, com no mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, podendo ser realizada a contratação da proposta economicamente mais vantajosa.

Frise-se que tal procedimento não é obrigatório, em que pese ser de uso preferencial e exigir motivação para o seu afastamento.

Ressalta, ainda, que a lei determina que deve ser selecionada a proposta mais vantajosa sendo, no mínimo, desarrazoado proibir a respectiva contratação direta, conforme as justificativas apontadas.

<sup>2</sup> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN  
SETOR DE LICITAÇÃO  
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

Da análise dos autos, observou-se a realização de pesquisa de preços<sup>3</sup>, e o o **atendimento ao Decreto Municipal**, através da **publicação dos Avisos de Recebimento de Propostas**, que dispõe do interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o fim de selecionar aquela mais vantajosa.

Quanto à escolha do fornecedor, RECOMENDA-SE a sua justificativa, além da verificação das **condições de habilitação** da empresa a ser contratada.

RECOMENDA-SE, na oportunidade, **observar se o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora ou se o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza**, sendo aqueles considerados do mesmo ramo de atividade, não atingiu os limites dispostos para a dispensa de licitação.

Quanto ao instrumento contratual, RECOMENDA-SE, no que couber, a verificação dos itens constantes do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, **o que restou observado**.

Quanto à publicidade, RECOMENDA-SE a publicação do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, mantido à disposição, em endereço eletrônico oficial, nos termos do Parágrafo único<sup>4</sup>, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

Com relação à formalização do procedimento administrativo, RECOMENDA-SE que sejam colhidas todas as assinaturas, porventura faltantes, antes da respectiva ratificação e publicação.

### **CONCLUSÃO**

Diante das considerações apontadas e do enquadramento em hipótese de Dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, considerando que as recomendações aqui constantes os requisitos processuais foram atendidos quanto à sua instrução, manifesta esta Assessoria Jurídica pelo regular prosseguimento do feito.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

Lagoa de Velhos/RN, 23 de março de 2026.

  
**Monalisa Cavalcante Barra**  
Assessora Jurídica

<sup>3</sup> Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

<sup>4</sup> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.